



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 setembro de 2023**

SUMÁRIO

NOTA 1 – Contexto Operacional	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Principais Práticas Contábeis.....	3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	4
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	5
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	7
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	9
NOTA 8 – Imobilizado.....	9
NOTA 9 – Intangível	10
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	10
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar.....	11
NOTA 12 – Demais Obrigações.....	11
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo.....	12
NOTA 14 – Patrimônio Líquido	13
NOTA 15 – Receita Líquida	14
NOTA 16 – Despesas Administrativas.....	14
NOTA 17 – Outras Despesas	14
NOTA 18 – Outras Receitas	14
NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras.....	15
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	15
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	16
NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado.....	16
NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde	16
NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada	17
NOTA 26 – Outros Assuntos.....	17

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 3º TRIMESTRE DE 2023

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088/1974 e tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas estabelecidas na sua Lei de criação. É ainda regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis. Seu prazo de duração é indeterminado.

Possui por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação e visa também a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social com relação ao desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras intermediárias evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;

- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas, em resumo, decorrem dos títulos a receber da tarifa d'água K1 (que tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de tarifa d'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resoluções da Codevasf nº 005 e 612/2023) além dos valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras).
- j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa d'água-K1 e a Titulação de Terras. A metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência do sistema de cobrança da Gerência de Finanças, os títulos em atraso dos últimos 05 (cinco) anos, referente à pessoa jurídica e física, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de *software* é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional e, em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.
- m) A Codevasf possui plano interno para tratativas das notificações recebidas de órgãos de controle, contando com estrutura de governança onde são estabelecidos mecanismos e controles que propiciam, de forma periódica, a avaliação e a supervisão da gestão, com reflexo em toda a empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30-set-23	31-dez-22
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	105.107.781	86.021.619
Demais Bancos	1	0

Fundo de Aplicação Financeira	39.030.520	51.322.063
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	49.724.325	64.062.523
Total	193.862.626	201.406.205

a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados: são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.

b) Demais Bancos: trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF.

c) Fundo de Aplicação Financeira: apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica, para o qual a Codevasf foi designada como operadora oficial do projeto, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto nº 8.207/2014. A abertura de conta corrente no Banco Bradesco, excepcionalmente autorizada pela STN, se deve ao fato da Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica, condição obrigatória aos participantes desse mercado.

Em função da sistemática de créditos efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em favor da Codevasf, a conta bancária de investimentos mantida no Banco Bradesco possui, na data de 30/09/2023, o saldo de R\$ 37.334.960 (trinta e sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta reais). Em 31/12/2022, o saldo registrado era de R\$ 49.948.528,07 (quarenta e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e sete centavos). O montante está contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira.

A conta bancária de investimento mantida junto ao Banco do Brasil possui, na data de 30/09/2023, o saldo de R\$ 1.858.145 (um milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e cinco reais). Desse montante, R\$ 1.695.560 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais) estão contabilizados como Fundo de Aplicação Financeira. A diferença de R\$ 162.585 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) está sendo controlada por meio dos relatórios de conciliação bancária.

d) Limite de saque com vinculação de pagamento: é a conta através da qual a STN/COFIN - Coordenação Geral de Programação Financeira, por meio do Ministério superior, repassa os recursos à Codevasf para pagamento das despesas. A variação se dá pelo recebimento dos recursos e pagamento de despesas aptas. A referida conta é detalhada por fonte e vinculação específicas.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de tarifa d'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Faturas/Duplicatas a receber	85.463.758	77.453.496
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(10.710.270)	(12.430.470)
Total	74.753.488	65.023.027

O detalhamento do faturamento do ocorrido no 3º trimestre está descrito na tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo

Descrição	30-jun-23
Saldo inicial	72.226.402
(+) Faturamento Tarifa D' Água	15.361.098
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	46.250
(-) Recebimentos	-1.567.983
(-) Baixa por Renegociação	-602.009
(=) Saldo Final	85.463.758

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam adiantamentos a empregados, tributos a recuperar, depósitos restituíveis, outros créditos a receber, almoxarifado e despesas antecipadas, além de perdas estimadas para Titulação de Terras.

As tabelas de 03 a 07 apresentam a composição das contas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 88.752.144 (oitenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais). O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de décimo terceiro salário, suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	1.117.398	2.190.010
Adiantamento Concedido	94.176	0
Total	1.211.573	2.190.010

a) Salários e ordenados se referem ao valor de uma remuneração, sendo este descontado em até 08 parcelas – para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos empregados detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (suprimento de fundos).

5.2 Tributos a recuperar/compensar

Todos os valores listados estão em processo de restituição, via Perd/Comp (Pedidos eletrônicos de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação), aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A redução significativa dos valores decorre dos deferimentos ocorridos no 1º trimestre de 2023.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar / Compensar

Descrição	30-set-23	31-dez-22
IRRF a Compensar	63.400	2.846.787
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	141	235
Total	63.541	2.847.098

5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Créditos por Danos ao Patrimônio	0	767
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	626.298	443.522
Valores a Receber por Devolução Despesas Estornadas	79.308	0
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	15.033.195	12.138.961
Créditos a Receber Por Reembolso Salário Maternidade PG	0	59.320
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	230.801	151.413
Títulos a receber	66.206.817	69.943.519
<i>Titulação de Terras</i>	58.891.223	66.117.026
<i>Outros Valores a Receber</i>	7.315.594	3.826.493
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	(3.484.565)	(7.163.465)
Devedores por Transferências Voluntárias	4.094	65.482
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	7.853.079	3.123.542
Remuneração da Conta Única a Receber	258.444	239.158
Total	86.807.470	79.002.219

a) Títulos a receber: valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e outros valores administrativos.

b) Créditos a receber decorrente de Infrações Legais e Contratuais: variação decorrente de aplicações de multas contratuais no período. Após a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, as áreas técnicas, conforme normativos vigentes, encaminham os processos para a Assessoria Jurídica, que elabora um parecer sobre a viabilidade de dar início a uma ação de cobrança judicial.

5.4 Estoques de Almoxarifado:

Tabela 6 – Almoxarifado

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Materiais de Consumo	456.603	432.930
Total	456.603	432.930

5.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Assinaturas e anuidades a apropriar	8.172	21.834
Prêmios de seguros a apropriar	203.026	91.244
Tributos pagos a apropriar	1.760	0
Total	212.957	113.078

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Ativo Realizável a Longo Prazo, contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas/Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de tarifa d'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Clientes	4.543.903	5.767.024
Total	4.543.903	5.767.024

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	10.166	64.584
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	33.677.142	39.838.319
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	(33.687.308)	(39.902.903)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.754.950	35.300.192
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	75.622.325	81.095.692
Total	82.377.275	116.395.884

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, que neste caso devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU. A redução decorre de baixa efetuada no 2º trimestre de 2023.

b) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: são depósitos efetuados na justiça cível e na trabalhista. Para a justiça do trabalho inclui, ainda, os depósitos para interposição de recursos. A redução significativa aconteceu no 2º trimestre de 2023, em razão da conciliação dos valores registrados no SIAFI com relatório encaminhado pela Assessoria Jurídica da Codevasf.

c) Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: se referem a títulos a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. A redução na conta em relação ao término do exercício anterior, conforme demonstrado na tabela 9.1, decorre principalmente da reclassificação de valores do longo prazo para o curto prazo.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores, da Tabela 9

Descrição	31-dez-22
Saldo inicial	81.095.692
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	7.395.188
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	-9.804.355
(-) Recebimentos	-545.881
(-) Baixa Multas Contratuais	-2.518.319
(=) Saldo Final	75.622.325

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

NTN-P		
Vencimento	30-set-23	31-dez-22
2030	99.437	93.769
Total	99.437	93.769

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo método de custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.093
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.938
Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	104.444
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.676
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.416
Agro Indústrias do Vale do São Francisco	977.962
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraíma	44.104
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.302
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.548
Total	2.486.997

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão. A depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos.

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-22	Adições	Baixas	30-set-23	AH%
Bens Móveis	934.645.111	1.288.337.398	-1.161.907.908	1.061.074.601	13,53
Total de Bens Móveis (1)	934.645.111	1.288.337.398	-1.161.907.908	1.061.074.601	13,53
Bens Imóveis	38.842.561	10.998.712	-2.139.141	47.702.132	22,81
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>1.354.331.094</i>	<i>628.912.180</i>	<i>-677.265.864</i>	<i>1.305.977.411</i>	<i>-3,57</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>39.183.175</i>	<i>12.879.997</i>	<i>-32.159.357</i>	<i>19.903.815</i>	<i>-49,20</i>
<i>Instalações</i>	<i>46.406.551</i>	<i>15.654.466</i>	<i>-33.607.387</i>	<i>28.453.630</i>	<i>-38,69</i>
Total de Bens Imóveis (2)	1.478.763.382	668.445.354	-745.171.748	1.402.036.988	-5,19
Depreciação Bens Móveis	-124.968.602	-101.170.982	82.031.465	-144.108.119	15,32
Depreciação Imóveis	-23.876.551	-550.626	0	-24.427.178	2,31
Total Depreciação (3)	-148.845.153	-101.721.608	82.031.465	-168.535.296	13,23
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	2.264.563.340	1.855.061.145	-1.825.048.191	2.294.576.293	1,33

NOTA 8.1 – Bens Imóveis em Andamento

Em relação às contas de Bens Imóveis em Andamento – Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações, o relatório a ser desenvolvido pela informática já está em fase de testes finais visando extração de dados consolidados para fins de comparação com os valores registrados no SIAFI.

No período, houve a baixa remanescente de valores referente a projetos concluídos que ainda constavam nas rubricas relativos à análise ocorrida durante o exercício de 2022 das contas de Bens Imóveis em Andamento. Os valores baixados refletem o aumento da conta de ajuste de exercícios anteriores que demonstram os lançamentos efetuados para correção dos saldos registrados até o ano de 2022 e que não foram passíveis de serem mensurados por ano. O valor da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores acumulado em 2023 é de R\$ 189.644.721 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e um reais).

Em observância à NBC TG 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação e erro, as Demonstrações Financeiras Intermediárias não estão sendo reapresentadas de forma retrospectiva, devido à impossibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados a cada exercício e, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

NOTA 8.2 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Tabela 13 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Item	Descrição	UG	Observação	SIAMP	SIAFI	30-set-23
1	Veículos de Tração Mecânica	5ª SR	Maquinário registrado no SIAMP e não registrado no SIAFI	26.917.665	25.969.665	948.000
TOTAL						948.000

O valor apontado segue monitorado em relatório aguardando regularização.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando há vida útil definida).

Tabela 14 – Intangível

Descrição	31-dez-22	Adições	Baixas	30-set-23
Software com Vida Útil Definida	3.952.944	8.374	-8.374	3.952.944
Software com Vida Útil Indefinida	4.506.215	2.061.233	-106.044	6.461.404
Software em Fase de Desenvolvimento	284.054	190.772	-10.271	464.556
Amortização Acumulada	-2.442.667	192	-462.913	-2.905.388
Total	6.300.546	2.260.571	-587.601	7.973.515

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Salários a pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 15 e 16, a seguir:

Tabela 15 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Salários, Remunerações e Benefícios	19.555.243	23.038.187
Décimo Terceiro a Pagar	7.808.731	0
Entidade de Previdência	2.639.180	9.021.314
Férias a pagar	30.338.538	31.479.896
FGTS	6.656.017	3.278.547
INSS	18.351.909	8.714.425
Total Obrigações Trabalhistas	85.349.616	75.532.369

Tabela 16 – Entidade de Previdência

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Entidade de Previdência Complementar	1.920.879	8.327.367
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	718.301	693.947
Total	2.639.180	9.021.314

Entidade de Previdência Complementar: Valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

Tabela 17 – Fornecedores a Pagar

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Fornecedores a pagar	207.586.247	219.563.900
Total	207.586.247	219.563.900

Tabela 17.1 – Fornecedores agrupados por valor

Seq.	Descrição	30-set-23
1	Deva Veículos Ltda	32.438.031
2	On-Highway Brasil Ltda	21.582.005
3	Yanmar South América Indústria de Máquinas Ltda	19.693.061
4	CNH Industrial Brasil Ltda	11.667.821
5	Cemig Distribuição S.A	10.972.628
6	Consórcio Águas de Seridó - Ankara-OCC-Vipetro-HL	9.448.822
7	Metalurgica Perpetuo Socorro Ltda	7.437.756
8	XCMG Brasil Industrial Ltda	6.098.884
9	Ankara Engenharia Ltda	5.266.328
10	Construservice C. Empreendimentos e Construções Ltda	5.217.266
11	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000 e R\$ 5.000.000</i>	44.921.703
12	<i>Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000</i>	32.841.943
Total		207.586.247

NOTA 12 – Demais Obrigações

As tabelas 18 e 19 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R\$ 3.625.438.920 (três bilhões, seiscentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e vinte reais).

Outras obrigações de curto prazo relacionam parte substancial das demais obrigações e estão descritas na tabela 18:

Tabela 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Transferências Discricionárias a Pagar	53.848.761	206.252.829
Diárias a pagar	97.430	17.228
Incentivos a Educação, Cultura e outros	29.100	0
Convênios e instrumentos congêneres devolvidos	95.810	0
Cartão de Pagamento do Governo Federal	67.490	0
Indenizações, Restituições e Compensações	134.300	15.195
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	3.542.937.138	3.340.308.365
Taxas	5.727	58.271
Total	3.597.215.757	3.546.651.887

a) Transferências Discricionárias a Pagar – A redução se deu após análise de valores cujos termos estavam expirados e ainda pelo pagamento ou transferência do recurso à entidade favorecida.

b) Transferências Financeiras a Comprovar – Termos de Execução Descentralizada (TED): São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão receptor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, mas da obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador. Dos valores recebidos de TED, a Codevasf já encaminhou prestações de contas de instrumentos na ordem de R\$ 1,6 bilhão. Aguardamos a análise e os efetivos registros contábeis pelos órgãos concedentes visando reduzir os valores dessa rubrica.

Valores Restituíveis: Compreendem valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 19 – Valores Restituíveis

Descrição	30-set-23	31-dez-22
Retenção Previdenciária - FRGPS	3.323.329	3.650.961
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	5.835.698	26.455
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	11.414.647	11.320.358
ISS	1.290.480	2.549.764
Pensão Alimentícia	202.683	259.851
Retenções	5.646.074	5.150.365
Outros Consignatários	365.995	14.220
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	144.258	143.561
Total	28.223.164	23.313.416

a) Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro: Valores liquidados que serão recolhidos quando houver o pagamento ao fornecedor.

b) IRRF devido ao Tesouro Nacional: houve aumento expressivo da conta, tendo em vista a mudança inserida pela Instrução Normativa RFB nº 2.137/2023, estabelecendo que, em relação ao IRRF decorrente das relações de trabalho apurado por meio do e-Social, a DCTF foi substituída pela DCTFWeb a partir do mês de maio de 2023. Os valores deixaram de ser recolhidos juntamente com a folha de pagamento e passaram a ser pagos no mês subsequente, dentro do prazo de vencimento.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registram as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativa ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I com a Fundação São Francisco de Seguridade Social, a ser pago em 108 parcelas mensais, dentre as quais já foram pagas 66, atualizadas pela aplicação da variação do INPC.

13.2 Obrigações Fiscais

Os valores foram baixados no 2º trimestre de 2023 considerando sentença judicial transitada em julgado favorável à Codevasf, determinando a extinção do processo. Compreendia a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente à intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontrava na Procuradoria Geral da Fazenda.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das provisões para contingência passiva: Trabalhista, Cível e Tributária foram realizados conforme relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos, cuja materialização seja provável de se realizar, são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em notas explicativas.

Tabela 20 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-22	Adições	Baixas	30-set-23
Trabalhista	7.910.703	1.746.644	1.184.429	8.472.918
Cíveis	160.852.950	880.276	130.712.075	31.021.151
Tributárias	0	133.168	0	133.168
Total Riscos Prováveis	168.763.653	2.760.087	131.896.504	39.627.236
Trabalhista	33.355.711	374.498	24.752.087	8.978.122
Cíveis	425.114.122	5.040.829	201.048.288	229.106.663
Tributárias	20.920.477	482.479	134.168	21.268.788
Total Riscos Possíveis	479.390.310	5.897.806	225.934.542	259.353.573

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 5.554.260.287 (cinco bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e sete reais), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentos e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal¹.

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Até o terceiro trimestre de 2023 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 1.324.941.688 (um bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões, novecentos e quarenta e um reais, seiscentos e oitenta e oito reais).

14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 1.482 (mil, quatrocentos e oitenta e dois reais) em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

14.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 22 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2022	-6.868.495.285
(+) Prejuízo do período	-1.055.498.816
(+) Ajuste de Exercício Anteriores	-189.444.464
(-) Reversão de Reavaliação	-1.482
(=) Prejuízos Acumulados 3º Trimestre de 2023	-8.113.437.083

¹Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**NOTA 15 – Receita Líquida**

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa d'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. Houve a contabilização do faturamento da tarifa d'água – K1 no período.

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o período anterior, observa-se aumento de 9,84%.

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme segue:

Tabela 23 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	01-jul-23 a 30-set-23	01-jan-23 a 30-set-23	01-jul-22 a 30-set-22	01-jan-22 a 30-set-22
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	86.797.198	242.203.472	89.861.259	313.034.069
Ajuste para Perdas em Clientes	0	2.157.462	0	7.203.527
Desincorporação de Ativos	99.292.119	382.917.401	1.346.236	23.371.519
Incentivos à Cultura (vale cultura)	86.650	284.300	113.550	254.050
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	0	1.746.644	2.903.855	6.234.253
VPD - Provisões de Riscos Fiscais	0	133.168	0	133.168
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	880.276	880.276	0	50.002.407
Restituições	45.352	164.620	42.031	102.519
Indenizações	0	986.216	0	978
Total	187.101.595	631.473.559	94.268.705	400.338.264

a) Transferências Voluntárias: a redução se deve à diminuição do repasse de recursos aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Desincorporação de Ativos: o aumento de valores decorre, principalmente, da conciliação mensal das contas Bens Imóveis em Andamento, em razão da regularização das despesas empenhadas com natureza de investimento (por conta de restrição orçamentária) e que são despesas de custeio e são, portanto, baixadas.

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 24 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	01-jul-23 a 30-set-23	01-jan-23 a 30-set-23	01-jul-22 a 30-set-22	01-jan-22 a 30-set-22
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	51.789	189.507	-210.289.674	12.883.136
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	1	488.405	-7.016.905	186.622
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	46.742.846	113.116.006	136.463.918	158.489.201
Reversão de Provisões	1.184.429	131.896.504	312.458	452.958
Reversão Ajuste para Perdas	3.887.547	15.316.277	13.507.559	16.837.957
Multas Administrativas e Outras	362.210	1.244.123	1.045.892	1.179.060
Total	52.228.822	262.250.822	-65.976.753	190.028.933

a) Reversão de Provisões: trata da reversão da provisão de Riscos Fiscais, conforme descrição na Nota 13.3, ocorrida no 1º trimestre de 2023.

b) Ganhos com Desincorporação de Passivo: valor substancial se refere à análise e registro das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentados pela Codevasf – junto aos órgãos repassadores dos recursos.

NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras

19.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a multas, juros, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 25 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	01-jul-23 a 30-set-23	01-jan-23 a 30-set-23	01-jul-22 a 30-set-22	01-jan-22 a 30-set-22
Atualização Monetária - Demais passivos	369.873	2.231.108	346.400	3.263.493
Outras Despesas Financeiras	204.943	458.256	2.060.962	2.509.040
Total	574.816	2.689.364	2.407.362	5.772.532

a) Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

b) Outras Despesas Financeiras: a variação em relação ao período anterior decorre do término do prazo da Lei nº13.340/2016 alterada pela Lei nº14.275/2021, que autorizava a liquidação das dívidas de Titulação e Tarifa K1 de irrigantes pessoas físicas, aplicando grandes descontos no momento da renegociação das dívidas.

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de rendimentos aplicados na CTU (Conta Única do Tesouro), juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações monetárias, além dos deferimentos de Perd/Comp.

Tabela 26 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	01-jul-23 a 30-set-23	01-jan-23 a 30-set-23	01-jul-22 a 30-set-22	01-jan-22 a 30-set-22
Remuneração de Aplicação Financeira - CTU	2.489.368	8.278.822	976.512	3.266.409
Outras Receitas Financeiras	79.381	4.096.289	217.551	297.779
Total	2.568.749	12.375.111	1.194.063	3.564.188

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

20.1 Subvenções de Custeio

Registram o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representam os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da alienação/doação de bens. A tabela abaixo apresenta o valor segregado por tipo de bem. Tais bens contemplam o propósito da Codevasf de promover o desenvolvimento sustentável e de reduzir as migrações, atuando para

fortalecer a capacidade produtiva local, por meio de doação de bens, capacitações, implantação de infraestruturas de fabricação, de comercialização e de escoamento da produção. Esses equipamentos e máquinas são destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas, incluindo veículos que contribuem para o escoamento da produção e transporte de trabalhadores.

Tabela 27 – Relação de Alienação/Doação de Bens

Descrição	30-set-23	AV
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	538.505.355	61,12%
Veículos de Tração Mecânica	268.611.901	30,49%
Esgotamento Sanitário	35.769.986	4,06%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	17.986.883	2,04%
Máquinas e Equipamentos Industriais	7.465.005	0,85%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	4.172.195	0,47%
Equipamentos, Hidráulicos e Elétricos	3.735.759	0,42%
Outros	5.372.949	0,14%
Total	881.620.033	100,00%

NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No período, destaque para o aumento de capital ocorrido no 2ª trimestre/2023 e os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2).

NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: são basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

- Ajustes de Exercícios Anteriores: o aumento decorre ainda de registros de baixa e/ou reclassificação das contas de bens imóveis em andamento e instalações do ativo imobilizado (Nota 8.1).
- Depreciação e amortização: aumento se deve à aquisição de bens móveis.
- Outros Débitos (riscos fiscais): por se tratarem de provisões de riscos trabalhistas e cíveis, não afeta diretamente o Caixa da Empresa.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e aos seus dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar aos empregados da Companhia e aos seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. Não houve repasse no 3º trimestre de

2023 ao programa Codevasf-Saúde. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados foi de R\$ 5.189.736 (cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais).

NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 3º trimestre de 2023, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R\$ 4.194.472 (quatro milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais) da participação dos empregados e de R\$ 5.685.427 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e cinco reais e quatrocentos e vinte e sete reais) da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação foi de R\$ 2.152.680 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais), cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R\$ 27.558.092 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e noventa e dois reais), restando 42 parcelas.

NOTA 26 – Outros Assuntos

26.1 – Reconhecimento de Desempenho

A Codevasf recebeu certificado de menção honrosa como reconhecimento pelo desempenho na qualidade da informação de custos no ano de 2022 como 4ª colocada na categoria “Empresas Estatais Dependentes” no Relatório Foco em Custos (RFC), elaborado pelo Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e 17ª posição relação à nota geral dos órgãos e entidades. O RFC é publicado anualmente pela STN com objetivo de oferecer à sociedade instrumentos de transparência sobre o uso dos recursos públicos, bem como fomentar entre os gestores governamentais o uso da informação de custos de forma alinhada às melhores práticas de governança pública. Os rankings foram elaborados a partir de indicadores de implementação da contabilidade de custos por competência, de utilização das ferramentas de detalhamento de custos disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira e de economicidade.

A Codevasf ficou, ainda, entre as três empresas estatais federais premiadas na edição 2023 do Concurso de Boas Práticas Correcionais organizado pela Corregedoria-Geral da União — vinculada à Controladoria-Geral da União (CGU) – com o projeto “Reuniões Dirigidas”, realizado pela Corregedoria da Companhia. O projeto premiado teve como objetivo promover um diálogo direcionado com empregados da Companhia sobre a atividade correcional a partir do trabalho específico de cada setor. A iniciativa buscou trazer ao cotidiano da empresa temas relacionados à atuação da Corregedoria da Companhia, sempre relacionando o diálogo com as atividades e especificidades da unidade da empresa que recebia o projeto. Assim, os pilares da atividade correcional, conhecida pela sigla PDPR (Prevenção, Detecção, Punição e Reparação), foram discutidos de forma contextualizada e dirigida à rotina de trabalho e às atividades de cada unidade.

26.2 – Ações de investigação e fiscalização em curso

Com relação às notícias veiculadas, no decorrer do 3º trimestre, aconteceu a realização da Operação Benesse pela Polícia Federal. Internamente, houve a suspensão dos contratos relacionados, além de demanda para auditoria interna especial nos convênios da 8ª Superintendência Regional relacionados à referida operação devidamente autorizados pelo Conselho de Administração. A demanda segue acompanhada pela auditoria interna.

A respeito dos serviços de pavimentação, incluindo editais e contratos, o Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou à Codevasf diversas recomendações e determinou aperfeiçoamento dos mecanismos e estruturas de controle, em particular quanto à adequação, aprovação e fiscalização de contratos, cujas ações foram prontamente implementadas. Esta demanda segue em acompanhamento, aguardando manifestação do órgão sobre resposta já apresentada pela Codevasf.

Os trabalhos listados acima encontram-se em andamento e, até o momento, os potenciais ajustes não devem produzir impacto material nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Codevasf.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente
CPF:008.261.025-81

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor da Área de Revitalização e Sustentabilidade
Socioambiental
CPF: 002.216.375-16

HENRIQUE DE ASSIS COUTINHO BERNARDES
Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e
Infraestrutura
CPF: 718.490.761-20

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO
Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos
de Irrigação
CPF: 239.274.374-68

JULIANNA BAÍA PIO DE LIMA
Contadora CRC-DF 20.004/O-6
CPF: 954.848.091-34